

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

ANA PAULA PIKANÇO DE SOUSA

**AS VISÕES DE MUNDO DOS REASSENTADOS DE BELO
MONTE: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA SOCIOLOGIA
DAS EMOÇÕES**

**MACAPÁ - AP
2021**

ANA PAULA PICANÇO DE SOUSA

**AS VISÕES DE MUNDO DOS REASSENTADOS DE BELO
MONTE: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA SOCIOLOGIA
DAS EMOÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca avaliadora da
Universidade Federal do Amapá, como
requisito para a obtenção do título de
Licenciada em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. David Júnior de
Souza Silva.

MACAPÁ – AP

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANA PAULA PICANÇO DE SOUSA

**AS VISÕES DE MUNDO DOS REASSENTADOS DE BELO MONTE: UMA
ABORDAGEM A PARTIR DA SOCIOLOGIA DAS EMOÇÕES**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso à Universidade Federal do Amapá
como requisito final para obtenção do grau de Licenciada em Sociologia.

BANCA AVALIADORA

Prof. Me. David Júnior de Souza Silva – Orientador

D.ra Marivania Leonor Souza Furtado

Msc. Luciano Magnus de Araújo

Macapá – AP, 15 de dezembro de 2021.

Para Vovó Joana, pela continuidade do seu legado.

AGRADECIMENTOS

Nessa minha jornada tenho muito a agradecer.

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças para concluir essa pesquisa no ano mais difícil da minha vida.

A minha família, os meus pais, Elineuda e Paulo por serem meu esteio e meus maiores incentivadores. As minhas irmãs mais velhas, Luana e Luciana, pela influência e carinho com a irmã caçula aqui. Aos meus cunhados, Cláudio (in memoriam) e Diego, por terem agregado tanto a nossa família, e aos meus sobrinhos Adolfo e João Guilherme, porque tudo é por eles e para eles.

Aos amigos que pude construir em todos esses anos e a todas as pessoas que me acompanharam durante todo esse tempo. Obrigada por todo o carinho e por fazerem parte da minha história.

Aos professores e colegas do curso de ciências sociais, por terem feito parte da minha jornada dentro da universidade, experienciando momentos, driblando as dificuldades, e por todos os ensinamentos para além daqueles compartilhados dentro da sala de aula.

Ao Programa de Educação Tutorial, onde pude explorar todas as áreas das ciências sociais e a interdisciplinaridade entre a sociologia e as outras áreas do conhecimento. Aos tutores e também aos meus companheiros do programa, pelas trocas durante as atividades e por tudo que vivemos nos momentos juntos na sala do PET e na universidade.

Um agradecimento especial a todas as pessoas que me ajudaram a fazer essa pesquisa em Altamira:

Aos meus familiares, por terem me recepcionado e acolhido na cidade, me ajudado a contatar pessoas e me levado em todos os lugares que precisei ir. Tia Socorro, Tio Waldeniz, Tia Rosângela, Julianny, Genilson, Joana. Muito obrigada.

A Daniela e Maria Helena, militantes do Xingu Vivo para sempre, por terem me recebido tão bem e compartilhado comigo tantas experiências, documentos, relatos e incentivos. A Antônia Melo, liderança representante do Xingu Vivo para sempre, por ter me inspirado e influenciado tanto nesse trabalho. E aos moradores dos reassentamentos urbanos coletivos que tive a oportunidade de entrevistar, por me permitirem entrar em suas casas e dispor do seu tempo para as entrevistas.

Por último, agradeço infinitamente o meu orientador Davi Rosendo, que acreditou no potencial dessa pesquisa antes mesmo que ela existisse e se dispôs a me orientar. Obrigada por todas as reuniões, por todas as mensagens de incentivo, pela sua orientação durante esses anos e principalmente por ter continuado me incentivando e não ter me deixado desistir dessa pesquisa e nem de mim.

Durante o segundo ano de pandemia, mesmo atravessando tantas dificuldades e dores, essa pesquisa se consolida nesse artigo e eu agradeço a todos por toda a compreensão e afetos em relação ao processo de produção dessa pesquisa.

AS VISÕES DE MUNDO DOS REASSENTADOS DE BELO MONTE: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA SOCIOLOGIA DAS EMOÇÕES

Ana Paula Picanço de Sousa

Resumo: No contexto da Amazônia, nós podemos identificar as diferentes visões de mundo sobre a nossa região, principalmente pela influência dos discursos do Estado, das corporações, dos intelectuais e do senso comum. Partindo do pressuposto que as transformações causadas pela construção da Hidrelétrica de Belo Monte, assim como todo o processo na tomada de decisões, causaram diferentes impactos na vida dos atingidos. A pesquisa consiste em compreender através do testemunho pessoal dos moradores dos reassentamentos urbanos, como a construção da UHE de Belo Monte influenciou a visão de mundos dos atingidos. Foi colhido o testemunho pessoal dos moradores dos reassentamentos urbanos, que apresentaram diferentes visões de mundo acerca da situação. Dessa forma os reassentados foram divididos em quatro categorias de acordo com a sua visão de mundo: a) atingidos: são assim classificados os reassentados que buscam caracterizar o aspecto de resistência e também verificação do exercício do seu direito b) pró-belo monte: a segunda categoria são considerados os reassentados que foram influenciados pelo discurso desenvolvimentista e que são a favor da barragem e de todas as transformações que esta trouxe para a cidade e na vida da população; c) os indiferentes: a terceira categoria é reconhecida pela indiferença a toda a situação, que têm a influência de sucessivos abandonos institucionais. d) vítima: por último, é utilizado a categoria vítima para os reassentados que buscam expressar a dor da violência sofrida durante o processo de remoção dos seus bairros para os reassentamentos urbanos.

Palavras-chave: Amazônia; Belo Monte; visão de mundo; reassentamentos urbanos; hidrelétricas.

THE WORLD VIEWS OF BELO MONTE RESETTLES: AN APPROACH FROM THE SOCIOLOGY OF EMOTIONS

Abstract: In the context of the Amazon, we can identify the different views of the world about our region, mainly due to the influence of speeches by the State, corporations, intellectuals, and common sense. Assuming that the transformations caused by the construction of the Belo Monte Dam, as well as the entire process in decision-making, caused different impacts on the lives of those affected. The research consists of understanding, through the personal testimony of residents of urban resettlements, how the construction of the Belo Monte HPP influenced the worldview of those affected. The personal testimony of the residents of the urban resettlements, who presented different views of the world about the situation, was collected. Thus, resettled people were divided into four categories according to their worldview: a) affected: resettles who seek to characterize the aspect of resistance and also verify the exercise of their right are classified as follows: b) pro-beautiful lot: a the second category considers resettled people who were influenced by the developmental discourse and who are in favor of the dam and all the transformations it has brought to the city and to the lives of the population; c) the indifferent: the third category is recognized by the indifference to the whole situation, which is influenced by successive institutional abandonments. d) victim: finally, the category victim is used for resettled people who seek to express the pain of violence suffered during the process of removal from their neighborhoods for urban resettlements.

Keywords: Amazon; Belo Monte; World vision; urban resettlements; hydroelectric power plants.

Sumário

1. Introdução	11
2. Grandes Projetos de Desenvolvimento e Hidrelétricas.....	13
3. Estado, Licenciamento Ambiental e Judicialização da Política	15
4. Representações sobre a Hidrelétrica: Intelectuais, Imprensa e o Senso comum	17
5. Pesquisa de Campo.....	20
6. Visões de mundo dos reassentados	23
7. Considerações finais.....	25
8. Referências bibliográficas.....	28

1.Introdução

Considerando que a concepção de modernização para Amazônia é algo que perpassa a ideia de qualidade de vida, por haver poucas ou quase nenhuma efetivação de políticas públicas que garantam qualidade de vida, educação, saúde e segurança para quem vive na região, pois para além da exploração dos recursos naturais, a vida do indivíduo é dada como moeda de troca em grandes empreendimentos instalados na região.

A principal visão que se tem sobre a região se estende exclusivamente ao fator geográfico. O olhar do outro sobre a Amazônia, pouco enxerga o seu território como um espaço de processos sociais, mas sim como um território de preservação e desenvolvimento econômico. Para eles, conseguir implantar hidrelétricas, explorar riquezas – sejam elas minérios ou da biodiversidade – e de consolidar políticas autoritárias com a garantia de desenvolvimento econômico só se tornam possíveis porque ainda se acredita que a Amazônia é uma eterna colônia em expansão (LOUREIRO, 2012).

Os grandes projetos trazem consigo apenas uma mudança superficial, ou seja, em aspectos estruturais, pois a base que se consolida com as desigualdades sociais, permanece intacta. Essas mudanças ocorrem para além da mudança espacial, mas nas vivências dos indivíduos. Côrrea dos Santos (2015, p.15) afirma que “esses impactos ultrapassam a concepção espacial e chegam à concepção emocional e simbólica da relação com o local afetado pelo empreendimento”.

A UHE Belo Monte é conhecida como uma das grandes obras estatais com grande entrave na disputa pela sua consolidação, marcado pela resistência dos movimentos sociais, intelectuais, representantes da causa e da luta das populações indígenas. Entretanto, a população da cidade não reconhece essa resistência porque a história da colonização da região, assim como o discurso do desenvolvimentismo na Amazônia, influenciou sua visão de cidadania, público e privado, participação social na tomada de ações políticas. Por consequência, as transformações causadas pela instalação da UHE de Belo Monte, assim como o distanciamento no processo democrático para garantir a efetivação das condicionantes, causou diferentes emoções nos moradores da cidade de Altamira.

As modificações na cidade de Altamira – cidade que deu suporte para as obras da barragem – foram superficiais, para diminuir e compensar as consequências que uma obra de tão grande porte traria para a cidade, não para desenvolver a região. Desse modo, podemos considerar que as obras de urbanização e também a transformação urbana informal da cidade

se tornam consequência e não prioridade. Pois esta, por motivos econômicos, aumentaria em níveis elevados sua população pelo fluxo migratório causado pela vinda de mão de obra. Então a cidade precisaria suprir as necessidades dessa população, com novos empreendimentos, novas escolas e novos acessos a urbe que será construída.

No presente artigo serão investigadas as visões de mundo dos reassentados da hidrelétrica de Belo Monte, através dos testemunhos pessoais que inclui categorias de pensamento e emoções. Dentro das visões de mundo que são investigadas no trabalho, as emoções são investigadas na forma que elas se expressam nas ações e testemunhos dos sujeitos, não como sentimentos primários e biológicos.

Partindo da perspectiva culturalista das emoções, Bernardo (2016) afirma que as emoções correspondem a forma que enxergamos e sentimos o mundo ao nosso redor, como resultado das socializações. Dessa forma, poderíamos ter uma explicação para esses fenômenos emocionais, levando em consideração a sua construção social, pois as ações emocionais dos indivíduos seriam consequência das suas interações com o outro.

O trabalho de campo ocorreu na cidade de Altamira, no período de 13 a 22 de outubro de 2016, com observação participante nos reassentamentos urbanos, nos movimentos sociais e no campus da Universidade Federal do Pará na cidade de Altamira, onde foram colhidos os testemunhos dos moradores dos reassentamentos urbanos Jatobá, Laranjeiras e São Joaquim, com os militantes do movimento social Xingu Vivo Para sempre, com a diretora interina da *Fundação Viver, produzir e preservar*, totalizando 16 entrevistas além dos demais diálogos informais com a população atingida pela construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

Os reassentados têm sua visão de mundo marcada por suas vivências e pela forma que foram inseridos no contexto de mais um grande projeto na região Amazônica. O núcleo de uma visão de mundo é composto por emoções e categorias de pensamento, dessa forma, sua ação testemunhal pode transformá-las em ação, para o reconhecimento de uma participação política e democrática, que se estabeleceram na disputa de poder do espaço.

Dada a situação que se passa na cidade de Altamira com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, encontra-se a necessidade dos indivíduos de expressar sua visão de mundo diante do ocorrido para combater o seu silenciamento, em uma sociedade que passou por transformações sociais, econômicas e estruturais, que delimitaram espaços e vivências. Dessa

forma, os testemunhos emocionais apresentados pelos reassentados se tornam tão importantes, quanto a manutenção de direitos sociais e políticos dos mesmos.

O trabalho segue assim dividido: a primeira seção fala sobre a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, caracterizando a Amazônia, a cidade de Altamira e os movimentos sociais da região. Na segunda seção abordo sobre o licenciamento ambiental e judicialização da política para a efetivação das ações reguladoras e o os reassentamentos urbanos coletivos como principal condicionante analisada para a construção da pesquisa. Na terceira seção é abordado a representação dos intelectuais, da imprensa e do senso comum para a visão de mundo dos reassentados. Na quarta seção é explorada a pesquisa de campo na cidade de Altamira, local onde foram realizadas as entrevistas nos reassentamentos urbanos e explorandos alguns fatores que contribuem para as visões de mundo dos reassentados. Na quinta e última seção são apresentados os resultados da pesquisa sobre as visões de mundo dos reassentados.

2. Grandes Projetos de Desenvolvimento e Hidrelétricas

A construção da hidrelétrica deu início em 2010 na bacia do Rio Xingu e sua área atinge 11 municípios, entre eles, o município de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo. A UHE Belo Monte é a terceira maior barragem do mundo, a maior do Brasil. Foi inaugurada dia 05 de maio de 2016, e é capaz de gerar hoje em dia 2.677 megawatts de energia com apenas parte de suas turbinas funcionando.

A UHE de Belo Monte trata-se de um projeto de Estado, considerando que seu projeto perpassa como prioridade para todos os governos desde a redemocratização do Brasil. Seu planejamento se iniciou durante a ditadura militar, na metade da década de 1970, e foi o projeto prioritário do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo seu início durante o final do governo comandado pelo Presidente Lula e se consolidou durante o governo da Presidenta Dilma. Em 2010 o projeto foi leiloado para a empresa Norte Energia S/A que ficou responsável pela construção da Hidrelétrica e também do funcionamento das condicionantes que foram estipuladas para que o órgão fiscalizador – o IBAMA – pudesse autorizar as obras. (FLEURY E ALMEIDA, 2013)

Segundo Mathis (2016), as políticas neodesenvolvimentistas adotadas no Brasil durante o governo Lula e que tiveram continuidade no Governo Dilma não romperam com o neoliberalismo; foram aceitas porque, colocando em discussão projetos nacionais de crescimento econômico, como a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, era concebido que

através do investimento do capital econômico na região Amazônica seria possível o progresso regional.

A ideia de que com o investimento do capital econômico é possível o progresso regional, argumento aceito porque a modernização brasileira é autoritária (LOUREIRO, 2012) – ainda tendo na sua base a influência da ditadura – e não levando em consideração toda a produção cultural e étnica da região, que é ignorada porque o desenvolvimento que se prevê na região é somente econômico, onde são desenvolvidos projetos que não avaliam a relação da sociedade com o meio ambiente.

Localizada no sudoeste do Pará, Altamira é uma cidade polo (BRABO, 2007) que dá suporte principalmente aos municípios de Vitória do Xingu, Medicilândia e Brasil Novo que estão em seu entorno. Altamira é uma cidade atravessada por grandes projetos econômicos, como a Rodovia Transamazônica (1972) e a Hidrelétrica de Tucuruí (1984). Tais projetos fizeram da região Amazônica centros receptores de grandes fluxos migratórios, atraindo trabalhadores de todas as partes do país (LACERDA, 2013). Estes trabalhadores vieram de sucessivos processos de migração regional, cujas histórias são marcadas pelos diversos motivos que os levaram a sair de suas cidades, para encontrar na Amazônia não apenas um lar, mas a promessa do desenvolvimento de suas vidas junto com a região.

No seu processo de colonização, segundo Lacerda (2013), a cidade de Altamira passou por um processo de colonização seletiva e espontânea, a primeira organizada pelo Programa de Colonização Dirigida na Transamazônica, para que pessoas de fora viessem ocupar e trabalhar na região, um dos critérios era selecionar as pessoas que pudessem executar trabalhos braçais para o desenvolvimento agrário da região. A segunda forma de colonização, foi feita de forma desordenada por pessoas de fora que souberam das promessas de condições de uma vida melhor naquele novo lar e vieram por conta própria. Então surgiram os conflitos entre a população e o Estado, que não conseguiu dar suporte suficiente para todas as pessoas que vieram povoar a região e ter melhores condições de vida, gerando precariedades a partir das quais a população respondeu com a organização de uma série de mobilizações sociais.

Desde a década de 60, a Igreja Católica vinha se constituindo como uma instância de mediação perante os setores governamentais, no mesmo período em que os movimentos sociais da região foram criados a partir dos conflitos agrários, causados pela expansão das fronteiras

regionais. A Comissão Pastoral da Terra (1976) foi uma das primeiras organizações a se consolidarem na dinâmica de apoio aos movimentos sociais.

O suporte nas atividades de mobilização foi dado pelos líderes religiosos ligados diretamente à teologia da libertação, como no caso das Comunidades Eclesiais de Base e da Pastoral da Terra, sendo movimentos religiosos que entendem que a prioridade é a luta social e então tentam unir o discurso religioso com a luta social. Lacerda (2013) afirma que a estrutura de formas de mobilização social na Amazônia está relacionada às gestões de padres e bispos que são influenciados pela Teologia da Libertação.

O objetivo desse movimento é a mudança social, por isso há uma necessidade de criar uma consciência crítica dentro da realidade que as pessoas vivem, por isso, é defendido ideias a partir da vivência da população e não dos dogmas tradicionais da igreja. A prática de ativismo ligada à teologia da libertação em Altamira, tendo a caridade como *ethos*, e na secundarização dos dogmas diante do exigido pela realidade da população.

Um dos principais movimentos sociais que atuam atualmente na cidade de Altamira é o Movimento Xingu Vivo Para Sempre desde o ano de 2008, que também traz consigo a influência da Teologia da Libertação, e apesar de ser um movimento relativamente novo – que surgiu a partir da fragmentação de pessoas com a *Fundação Viver, produzir e Preservar* – foi para fortalecer da luta de mulheres da Prelazia do Xingu e de outros movimentos que nasceram da base, do povo. Tem como sua principal liderança Antônia Melo junto com O bispo Dom Erwin da Prelazia do Xingu, e ambos têm sua representatividade legitimada por um princípio de soberania popular, advindo da influência de uma forte figura carismática, e os dois foram estampados na mídia como principais ativistas contra a construção da barragem.

O papel dos movimentos sociais na cidade de Altamira toma o espaço de amparo com a população quando percebe a ausência do poder público, e este se faz uma organização que cobra e percorre seus próprios meios para que a reivindicação seja eficaz. As proporções dos problemas causados pela sua construção se ampliam em comunidades tradicionais, povos indígenas, ribeirinhos, no âmbito ambientalista, econômico e social.

3. Estado, Licenciamento Ambiental e Judicialização da Política

Durante os anos da construção da barragem de Belo Monte, a autorização concedida à empreiteira foi constantemente suspensa por diversas irregularidades das obras e das

condicionantes, entretanto, todo esse movimento se consolida por parte da ação do Ministério Público Federal (BERMAN, 2013), e não pelo órgão fiscalizador – IBAMA, pressionado pelos movimentos sociais e influência dos intelectuais nessa disputa de poder que envolve a barragem. O MPF tem o papel de fiscalizar o empreendimento e a efetivação das condicionantes.

Os autores Werneck Vianna, Burgos e Salles (2007), caracterizam esse tipo de ação do judiciário na política como a judicialização da política, quando esse movimento viabiliza cada vez mais a ação direta da instituição não apenas no meio político, mas nas relações sociais na sociedade. Nesse contexto, o MPF se torna o principal apoio da população e dos movimentos sociais na busca pelos seus direitos, sendo responsável pela efetivação das ações reguladoras, na maioria das vezes, contra a Hidrelétrica de Belo Monte.

A invasão do direito sobre o social avança na regulação dos setores mais vulneráveis, em um claro processo de substituição do Estado e dos recursos institucionais classicamente republicanos pelo judiciário, visando a dar cobertura à criança e ao adolescente, ao idoso e aos portadores de deficiência física. O juiz torna-se protagonista direto da questão social. Sem política, sem partidos ou uma vida social organizada, o cidadão volta-se para ele, mobilizando o arsenal de recursos criado pelo legislador a fim de lhe proporcionar vias alternativas para a defesa e eventuais conquistas de direitos (VIANNA; BURGOS; SALLES, 2007, p. 41).

Os licenciamentos são a parte mais importante para um empreendimento poder funcionar, então é sim um fator que influencia a visão de mundo de um indivíduo, pois o contrato que se é posto no papel, se torna instrumento de luta, para que haja os cumprimentos de suas ações e de garantia de direitos legitimados pelo Estado. A autorização de cada liminar que era prevista para o licenciamento da obra contribuiu para a aceitação da população ao empreendimento, pois ficava a impressão que nada pararia Belo Monte – e não parou. Para Oliveira (2014, p. 37),

Licenciamentos são instrumentos do Estado que legitima suas ações ambientais e os impactos socioambientais que são apresentados e pouco explanados em indicadores demográficos e socioeconômicos sem efeito substancial para a tomada de decisão.

Como parte do cumprimento das condicionantes do Plano Básico Ambiental, foram construídos, seis reassentamentos urbanos coletivos: RUC Jatobá, RUC São Joaquim, RUC Laranjeiras, RUC Casa Nova, RUC Água Azul, RUC Pedral. Como parte do seu funcionamento, todos deveriam conter escolas, área de lazer, postos de saúde e unidades de policiamento, além de moradia adequada e também ações que promovessem a mobilidade urbana, já que esses bairros foram construídos em áreas periféricas.

Entre os motivos da irregularidade das condicionantes, os reassentamentos urbanos coletivos foram os que mais ocasionaram situações de descaso da empreiteira com o cumprimento das condicionantes (FLEURY; ALMEIDA, 2013), e quando os contratos legais foram substituídos por negociações desproporcionais à situação e ao problema.

Comumente, os programas de reassentamento, por preverem instalações físicas, apoio técnico e financeiro aos assentados, implicam maior comprometimento do empreendedor do que outras formas de realocação. A prática da indenização em dinheiro tende a vulnerabilizar as famílias que, ao serem desapropriadas, migram para as periferias de centros urbanos ou regiões distantes, onde a especulação fundiária causada pelo empreendimento tenha menos influência nos preços dos imóveis. Desse modo, é frequente a dispersão dos deslocados e a impossibilidade de acompanhamento de sua reestruturação produtiva e recomposição dos vínculos sociais (CHAVES; MONZONI; ARTUSO, 2019, p 18.).

A população que foi expulsa dos seus bairros por consequência da barragem, teria a opção de ser indenizadas de acordo com o valor avaliado pelo seu imóvel, ou então elas seriam transferidas para os reassentamentos urbanos coletivos. Segundo Chaves, Monzoni e Artuso (2019) para a entidade responsável por essas negociações, o processo de somente indenizar a família, facilitaria e tiraria deles a responsabilidade de garantir a manutenção da sociabilidade dos atingidos e a responsabilidade com a alteração que a barragem causou com a cidade.

4. Representações sobre a Hidrelétrica: Intelectuais, Imprensa e o Senso comum

Serão analisadas as visões de mundo dos reassentados em relação aos efeitos da hidrelétrica, levando-se em consideração os seguintes fatores: o senso comum e a disputa dos intelectuais pelas categorias de pensamento em relação a apoiar ou ser contra a hidrelétrica. Nesse caso, o senso comum é um fator que auxilia a propagação dos discursos a favor ou contra da UHE Belo Monte, tornando a visão de mundo intensamente disputada por diferentes intelectuais - tanto intelectuais favoráveis ao projeto, quanto intelectuais que se colocam como defensores do interesse público ou do interesse da população.

O termo intelectual (GRAMSCI, 2004) diz sobre aquele que influencia diretamente como agente de informações, não necessariamente detentor de um poder hegemônico, pois o seu discurso alcança mais pessoas pela sua visibilidade. Então podemos considerar como principais intelectuais na influência no testemunho dos entrevistados, os movimentos sociais, a Igreja Católica, a Norte Energia S/A, os agentes públicos, a Universidade Federal do Pará e a mídia.

O senso comum é como se nomeia a visão de mundo difundido nas classes subalternas de forma assistemática, ou seja, através das características correspondentes de certas camadas

sociais. Durante a pesquisa é possível observar que dependendo da idade, do grau de escolaridade, do status social, eram apresentadas diferentes influências referentes aos efeitos pós construção da barragem. Para Gramsci (2004), a principal forma de propagação ideológica do senso comum são os meios de comunicação e também a opinião pública, da qual a classe dominante dissemina seus valores perante a sociedade, onde ambos assumem um papel essencial que seria capaz de alcançar mais pessoas em diversas camadas com o seu domínio ideológico.

Um dos principais fatores que foram influenciados pelo discurso gerado pelo senso comum foi a forma que os reassentados enxergavam os movimentos sociais para a cidade de Altamira. Muitos sabiam da existência dos movimentos sociais, mas se distanciavam deles por associarem que estavam presentes somente pelos povos indígenas, pois o uso da imagem deles – a veiculação midiática estampadas em documentários, relatórios e conferências internacionais – influenciou no distanciamento da população por não se ver como parte da causa pelos quais os movimentos sociais lutavam.

Como um instrumento no discurso contra a construção de Belo Monte, a luta dos povos indígenas tornou-se pauta principal entre movimentos sociais que tentavam parar a obra, onde de certa forma houve uma capitalização da pauta da luta dos povos indígenas, que foi usada como agenda para potencializar o debate na esfera pública. Habermas (2003) ao definir a esfera pública, deixou claro que esta fazia parte da influência das mudanças da sociedade capitalista, em que o debate entre pessoas privadas no espaço público se construiria a partir de opiniões de pessoas públicas independente do poder de influência do Estado.

O papel exercido pela mídia na contemporaneidade, seja pela imprensa, rádio, televisão ou internet, reflete o que a sociedade busca para construir, se identificar, e as formas de se expressar de acordo com o que consome, pois segundo Habermas (2003), a mercantilização dos bens simbólicos é produzida, reproduzida e comercializada a fim de construir uma narrativa do que é relevante ou não para ser pautado pela forma como essa informação é transmitida. Para os reassentados, a exclusão da população de Altamira do discurso construído pela mídia, para determinar os fatores que seriam importantes ou relevantes para interromper a construção da barragem, foi um dos fatores que os afastou dos movimentos sociais.

O geógrafo Porto Gonçalves (2018) pontua que essa dedicação especial dada aos povos indígenas pelo Estado e pelos setores da sociedade civil, como as ong's, os órgãos públicos, se torna ambígua e contraditória, pois ao tratá-los isoladamente na luta, os enfraquece politicamente. Para o autor, os mesmos riscos que os povos indígenas passam, as demais

comunidades tradicionais e classes populares da Amazônia também passam, pois é consequência do sistema capitalista moderno-colonial o silenciamento dessa população

Há uma agenda política que vem se consagrando que aceita essa premissa de separar/resguardar terras indígenas e as áreas de proteção natural que, no fundo, não enfrenta as causas que vêm ameaçando todas as formas de vida e os grupos/classes sociais em situação de subalternização, embora seus efeitos também acabem por atingir a todos, sem exceção – ainda que de modo desigual, segundo suas geografias e condição social (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 98).

Ainda há a questão o discurso ecológico ser levado mais em consideração do que a questão social, pois a visibilidade que se dá ao discurso de preservação dos recursos naturais da região não se compara os problemas sociais da população tradicional. Isso acontece porque os fatores ambientais não costumam estar ligados a população amazônica, no que diz respeito a ter acesso à cidadania, é como se fizéssemos apenas parte do cenário que habitamos, tais como animais em extinção.

A relação que o povo amazônica constrói com a natureza é essencial para sua vivência, pois é onde habita um espaço de conexão com as florestas, com os rios, os significados que se dá aos espaços, uma árvore não dá apenas um fruto, uma sombra, ela também faz parte da experiência sensorial. Segundo Loureiro (1995), essa relação é distante para o indivíduo não-natural da região, entretanto para o homem da terra, é uma forma de expressar sentimentos e ideias que ajudam a expressar a forma que ele vê o mundo.

“Me tocou muito quando ela falou que meu pé de manga, que eu plantei, ia ser indenizado. Aí eu pensei “nossa, eles vão derrubar o meu pé de manga?”. Então tinha um valor simbólico muito grande pra mim. Porque o meu pai comprou uma manga muito gostosa. Até hoje eu gosto muito de manga. Ele comprou uma manga muito gostosa e eu falei: “nossa, em vez da gente tá gastando dinheiro comprando manga, então vamos plantar”, então eu plantei o pé de manga, e eu fiquei acompanhando todo o processo de crescimento do pé de manga. Então do nada chega uma pessoa: ‘ah, vamos indenizar teu pé de manga.’” (Daniela, 23 anos, militante do Xingu Vivo Para Sempre).

No desenvolvimento dos grandes projetos na Amazônia, os discursos institucionais se baseiam na noção de abundância da água na região (THIES; MELO, 2012). Dessa forma, a água, que para as populações tradicionais, é considerado fonte de vida, de trabalho, de vivência, tem seu significado transformado e capitalizado pelo Estado, e com a exploração dos recursos naturais ela se torna fonte de energia. Quando se constrói uma barragem que transforma a vida de mais de 10 mil famílias que precisavam e utilizavam a água como fonte de subsistência, pescadores, agricultores, populações tradicionais, povos indígenas que tiveram suas vidas

postas à mercê do funcionamento de condicionantes de um empreendimento que tem a ideia de suprir as crises energéticas de um país inteiro.

Nota-se que o discurso hegemônico do desenvolvimentismo moderno exhibe certas ideologemas residuais do colonialismo, visto que fundamenta parte de sua argumentação na ideia de aproveitamento da abundância de aquíferos da Amazônia para alavancar o desenvolvimento econômico do País (THIES; MELO, 2012).

A visão desenvolvimentista sobre a Amazônia parte do pressuposto de um sistema de exploração econômica e opressão de classe, no qual, segundo Violeta Loureiro (2012) esse modelo de desenvolvimento “comprometem ou destroem a rica multiculturalidade da Amazônia, levam à homogeneização cada vez maior das sociedades.” (LOUREIRO, 2012, p.3). Entretanto, o Estado tem uma ideologia e intelectuais que perpetuam o pensamento desenvolvimentista na Amazônia, relacionando-o constantemente ao atraso econômico para justificar a exploração dos seus recursos naturais, pois segundo esse modelo de desenvolvimento seus resultados econômicos são considerados fundamentais para o progresso da região, menosprezando os danos causados às pessoas e à natureza (LOUREIRO, 2012).

“Eu vi que essa Norte Energia fez um rebuliço muito doido, mas o pessoal trabalhava pelo menos, ganhava dinheiro, tinha trabalho, porque se eu queria fazer uma compra, as pessoas “queria” fazer alguma coisa nas suas casas, a gente era empregado pra fazer, meu marido que era carpinteiro, era pedreiro e agora não tem” (Moradora do RUC Jatobá, 56 anos).

Desse ponto, percebemos durante a pesquisa, que a população pode até não concordar e entender todos os malefícios de um grande projeto, mas como esse discurso afirma que irá gerar uma renda onde todos serão beneficiados, a aceitação se torna mais fácil. No caso de Belo Monte, o Estado e o Privado dialogam juntos, pois se beneficiaram diretamente das ações de um empreendimento de grande porte na região. Todo mundo ganhando muito dinheiro mesmo não estando diretamente envolvido com a UHE Belo Monte. Abertura de novos empreendimentos, lojas de marcas internacionais, o valor expansivo de alugueis de imóveis e nas compras de supermercado, dessa forma vários empreendedores, ganharam diretamente ou indiretamente.

5. Pesquisa de Campo

Os resultados foram obtidos a partir da análise qualitativa das entrevistas, que tem o seu recorte temporal e espacial no ano de 2016, tanto quanto a observação participante nos reassentamentos urbanos, assim como a revisão bibliográfica de artigos, livros e outros materiais reproduzidos como fonte de informações sobre a temática.

Os dados colhidos para a pesquisa retratam os problemas sociais, discursos e visões de mundo da época que o fluxo migratório já havia diminuído e as obras da barragem quase finalizadas, dessa forma buscou-se entender de que forma a população de Altamira enxergava esses acontecimentos, pois haviam passado por grandes transformações e estavam sofrendo as consequências imediata das mesmas.

A pesquisa de campo ocorreu no período de 13 a 21 de outubro de 2016 na cidade de Altamira, onde foram realizadas 16 entrevistas entre pessoas de 20 a 56 anos. As entrevistas foram feitas nos bairros Laranjeiras, São Joaquim, Jatobá, na ONG Xingu Vivo para Sempre, na Fundação Viver Produzir e Preservar e na Universidade Federal do Pará.

Foi constatado que todos os entrevistados tiveram suas vivências modificadas direta ou indiretamente pela construção da barragem de Belo Monte. Destaco os moradores dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC's) como foco principal da pesquisa, considerando que o processo de realocação dos mesmos, do local em que moravam, para uma área periférica, distante do centro da cidade, com a quebra das relações sociais, lidando com problemas de qualidade de vida, infraestrutura e saneamento básico, é consequência de um modelo de desenvolvimento econômico que deslegitima a vivência da população local quando se instala um grande projeto na região amazônica.

Nos reassentamentos urbanos, os moradores apresentavam diferentes modos de vivência, mas constatavam os mesmos problemas: falta de acesso a serviços básicos, lazer e educação, apesar de que em todos os RUC's foram construídas escolas, postos de saúde e também centros de policiamento, como parte das condicionantes. No RUC Laranjeiras as pessoas afirmavam que é um lugar tranquilo para se viver, mas há muitas obras inacabadas causando muita poeira pelo bairro, os moradores alegavam que toda essa situação se tornava mais complicada por causa da ausência de diálogo da Norte Energia e com a prefeitura municipal.

No RUC Jatobá a ausência de funcionamento regular de policiamento, escolas, postos de saúde é a principal reclamação dos moradores, pois a falta de segurança se torna um dos fatores que os impedia de se relacionar com os vizinhos, de ficar na frente de suas casas como faziam nos seus antigos bairros, e quando precisavam de outros serviços básicos, tinham que se deslocar para o centro da cidade que fica há 10 km de onde vivem. No RUC São Joaquim já existiam construções consolidadas como comércios, panificadoras, bares, lanchonetes, Igrejas

protestantes, entretanto, de acordo o 14º relatório de monitoramento ambiental independente do Projeto UHE Belo Monte elaborado para o Banco nacional de desenvolvimento econômico e social, o BNDES, afirma que:

Há um lado dessas mudanças que pode ser interpretado como ponto positivo, como um significado de apropriação desse espaço pelos moradores, como algo que lhes pertence. Mas, há outro lado que pode ser interpretado como ponto negativo desta adaptação, que é a execução de obras sem controle por parte da prefeitura, que não utiliza ou não possui um código de obras, ou legislação de uso do solo, ou fiscalização dessas iniciativas (CCBM, 2016, p. 11).

Ainda sobre o 14º relatório de monitoramento socioambiental independente do projeto UHE Belo Monte para o BNDES, segundo o adendo 2.8 do quadro de condicionantes da LO 1317/2015 do, a empresa Norte Energia S/A tem o dever de auxiliar e dar suporte técnico, social, ambiental aos moradores dos Reassentamentos Urbanos coletivos, pelo período mínimo de três anos. Entretanto, muitos moradores alegaram a ausência de água potável e saneamento básico de qualidade, assim também como o descumprimento da moradia que foi construída com materiais mais baratos para a empresa, mas que causou prejuízos para o proprietário da casa, afetando diretamente a qualidade de vida dos moradores das casas devido as condições climáticas da região. Os moradores afirmam que as casas esquentavam muito durante a tarde, além de não poder furar as paredes para colocar atadores de redes, como costumavam dormir em suas antigas moradias, pois a casa já apresentava rachaduras nas paredes.

Podemos salientar que o descumprimento da promessa de uma moradia digna, pode reforçar a diminuição de valor da população realocada em relação a barragem de Belo Monte, considerando que os mesmos reforçam que não tiveram escolha de serem ou não realocados e não podem fazer nada diante da situação.

Bourdieu (2007) afirma que na relação entre os dominantes e os dominados, os dominados contribuem para a manutenção dessa situação, aceitando de maneira implícita as regras que são impostas, onde sentimentos como constrangimento, vergonha, medo são demonstrados por não corresponder às expectativas sociais. Os ritos institucionais constituem em limitar as ações explícitas pelas quais os grupos criam as classificações sociais, naturalizando-as para lembrá-los para sempre de suas posições.

Os moradores dos RUC's foram realocados de diferentes bairros, sofreram com as quebras de relações familiares e de vizinhança, por isso há a necessidade da construção de coletivos que possam fortalecer esses laços, e também a importância do papel de organizações sociais que possam representá-los nas suas vontades e reivindicações de direitos.

Nas entrevistas os moradores afirmam existir coletivos como associações de bairro, mas não tem muito conhecimento sobre. Alguns afirmam que até tem interesse em participar, para ter melhorias para o bairro, mas que há dificuldades de mobilização de todos. Foi questionado aos entrevistados, se eles têm conhecimento sobre associações de bairros nos RUC's e se eles teriam interesse de participar.

“Por exemplo aqui no bairro, as vezes eu fico pensando muito, se sei lá, juntasse eu, um vizinho da frente, outro aqui do lado, o outro da esquina, todo mundo pegasse uma vassoura e fosse limpar a rua aqui, porque ficar esperando, não só pela prefeitura ou pela norte energia pra vim resolver o problema, se a gente mesmo poderia fazer isso. Mas não adianta nada eu tomar a frente, ou qualquer outra pessoa tomar iniciativa, se não tiver o apoio de todo mundo, não adianta ser só um ou dois” (Rouglas, 23 anos, morador do bairro Laranjeiras.).

A visão que os reassentados tem sobre a relação entre o público e o privado, costuma reforçar a diferença entre unidade social e a vontade do indivíduo, que pode ser oposta da sua vontade como cidadão, analisando que seu interesse particular pode sim, ser diferente do interesse comum. O sujeito tem os desejos supérfluos em comparação ao desejo de uma comunidade e de mudanças sociais, de modo que o distancia a ideia da fórmula política democrática.

6. Visões de mundo dos reassentados

A temática da pesquisa baseia-se no entendimento que o testemunho pessoal dos reassentados ajuda a expressar a sua visão de mundo, pois ao passar por uma situação de risco social – quando o desenvolvimento econômico se torna a prioridade do Estado, e ameaçam a vida dos indivíduos com suas intervenções autoritárias na tentativa de anulá-los como sujeitos políticos – os reassentados, apesar de terem passado pela mesma situação, apresentam diferentes posicionamentos. Para Côrrea dos Santos (2015) o sujeito coletivo é construído através de suas relações sociais, políticas, culturais, que irão dar forma a uma identidade seja ela coletiva ou individual.

No livro *Sociedade dos Indivíduos*, Norbert Elias (1994) afirma que os seres humanos são moldados através de ações reguladoras dos processos sociais, e que, quanto mais há uma divisão, as pessoas são levadas a crer que são ligadas pelo fato de que precisam viver em um conjunto e seguir suas normas. Para o sociólogo, o conceito de *habitus* é resultado de um processo histórico, sendo concebido como um conceito social, que se constrói a partir dos processos nas relações sociais, onde cada um está preso a certa situação social e a formas específicas de tratamento.

Do mesmo modo, as ideias, convicções, afetos, necessidades e traços de caráter produzem-se no indivíduo mediante a interação com os outros, como coisas que compõem seu “eu” mais pessoal e nas quais se expressa, justamente por essa razão, a rede de relações de que ele emergiu e na qual penetra (ELIAS, 1994, p. 27).

O testemunho pessoal (JIMENO, 2010) consiste em uma linguagem que narra experiências pessoais de cunho eminentemente emocional, entretanto, nesse caso a linguagem emocional não se trata apenas de expressar emoções, mas de conduzir os indivíduos em suas relações sociais, criando laços entre diversas pessoas, unindo-os em comunidades emocionais, de forma que os indivíduos “transcendem a ideia estabelecida sobre sua passividade e agenciam a sua própria participação em uma tentativa de romper as barreiras — legais, institucionais, de interesses criados.” (JIMENO, 2010, p. 6).

Os resultados da pesquisa apresentam as visões de mundo dos reassentados em relação às transformações causadas pela implantação da Hidrelétrica em quatro categorias:

a) atingidos: são denominados os reassentados que buscam caracterizar o aspecto de resistência e também verificação do exercício do seu direito.

Nesse caso, os atingidos são categorizados pelos discursos de resistência em relação a hidrelétrica de Belo Monte, passando por um processo de inviabilização, segundo Côrrea dos Santos (2015), pois mesmo sendo considerado atingido isso não se torna o suficiente para que os seus direitos sejam efetivados.

Na maior parte dos casos, os atingidos procuram as organizações sociais para ajudar na manutenção de seus direitos, pois eles buscam caracterizar o aspecto de resistência e também a verificação do exercício do direito (CÔRREA DOS SANTOS, 2015).

b) Pró-Belo Monte: os reassentados que são a favor da barragem se enquadram nessa categoria que são adeptos da visão desenvolvimentista da região e a favor das transformações que esta trouxe para a cidade e na vida da população.

Dentro do discurso do desenvolvimentismo, há uma estrutura que reproduz discursos emocionais que refletem o apoio ou a indiferença a esse modelo de desenvolvimento regional, nesse caso, as promessas de mudança que a norte propagandeou em comícios, em shows, reuniões com a sociedade civil, consolidando esse discurso porque há uma reprodução do senso comum, que permite que a Amazônia seja explorada.

Os moradores relatam que a Norte energia fez mudanças significativas para a cidade em questão de trabalho, obras, fluxo migratório também aumentou, pois, muitas pessoas vieram de fora para se instalar na região. Essa categoria é influenciada diretamente pela visão desenvolvimentista sobre os grandes projetos na região amazônica, os benefícios são diretos para a população civil, porém a curto prazo, pois com o término das obras o índice de desemprego e de violência aumentou significativamente.

c) Indiferentes: são os reassentados que se abstêm de um posicionamento em relação à situação de risco social da cidade de Altamira são categorizados a partir de sua indiferença justificada por sucessivos abandonos institucionais

A falta de políticas públicas que os amparassem, levou parte da população aceitar mais facilmente as promessas econômicas que seriam geradas através de um empreendimento privado, por isso se tornam indiferentes à situação. Eles não têm preocupação política, justificada também pelo discurso de não ser politizado, não querer se envolver com os movimentos sociais ou organizações de bairro.

d) Vítima: os reassentados que buscam expressar a dor da violência sofrida durante o processo de remoção dos seus bairros para os reassentamentos urbanos, se encaixam na concepção de vítima para compreender a construção de uma identidade social em comunidades emocionais (JIMENO, 2010).

Para esses reassentados as emoções em relação às transformações causadas por Belo Monte se tornam motor político para reivindicações e transformações sociais. A dor, o medo, a revolta são reflexos das situações que esses reassentados foram submetidos ao serem removidos de seus antigos bairros, como a dispersão, periferização e quebra nas relações sociais, tendo que lidar com uma nova vivência nos reassentamentos urbanos.

7. Considerações finais

Quando a população tem sua visão de mundo ligada diretamente a sentimentos como descontentamento, indiferença, esperança, entre outros, que foram desencadeados a fatores e contextos sociais pelo qual a sociedade está passando, estes acabam adquirindo características externas que ajudam a expressar suas ações na sociedade.

É analisado os reassentamentos urbanos como um espaço que acaba isolando essa população realocada em uma espécie de limpeza étnica e social, como feita para promover um

novo planejamento urbano para a cidade de Altamira. Dessa forma, entendemos que a visão de mundo dos reassentados também faz parte da disputa ideológica pela região Amazônica, pois se mantêm subalternizados diante da situação.

Foi possível observar, na fala de alguns militantes dos movimentos sociais na cidade de Altamira, que o histórico dos movimentos sociais na cidade esteve interligado com algum sentimento de revolta, de abandono, ou de alguma dor que não conseguiu ser amparada pelo Estado, como a violência contra a mulher, ou o caso dos meninos emasculados no início da década de 90. As emoções são capazes de impulsionar o sujeito a se mobilizar, transformando-as em ações políticas que buscam reivindicações e melhorias dessa nova realidade, podendo criar uma consciência coletiva que possa representá-los.

É possível fazer uma ligação da categoria *atingido* com a categoria *vítima*, pois nesse contexto ambas vão apresentar a resistência em relação à construção da Hidrelétrica de Belo Monte. A reivindicação dos direitos assim como a necessidade de uma rede de apoio para que possam compartilhar as mesmas experiências na busca de uma mobilização social que fortaleça a ação política.

Após a construção da barragem, a dispersão e a quebra nas relações sociais contribuíram para que os reassentados sentissem a necessidade de buscar a troca de experiências com pessoas que passaram pela mesma situação para que pudessem se sentir amparadas. Essa criação de novos laços sociais acaba unindo-as em comunidades emocionais e redes de apoio, para que juntas elas possam ajudar umas às outras a construir novas vivências.

As categorias Pró-Belo Monte e Indiferentes também podem ser interligadas pelo fato da população de Altamira não se identificar como atingida (vítima) pela construção da barragem de Belo Monte, porque o termo não cabe ao progresso econômico que foi construído pelo discurso desenvolvimentista, que haveriam ganhos para toda a população com a instalação da hidrelétrica de Belo Monte.

A forma que a Hidrelétrica de Belo Monte foi concebida como mais um dos grandes projetos que foram implantados naquela região, com a ausência da participação da população na sua decisão, também influenciou a visão de mundo dos reassentados em relação a sua participação política nas tomadas de reivindicação pelos seus direitos.

A diversidade de visões de mundo expressas na tipologia que elaboramos, demonstra como as representações sobre a hidrelétrica e os grandes projetos de desenvolvimento, bem como sobre a Amazônia, são alvo de intensa disputa por poderosos atores, desde o Estado a corporações multinacionais, passando por movimentos sociais e associações ambientalistas. Nesta disputa por imposição de um senso comum hegemônico favorável ao capital, está também a disputa pelo futuro da Amazônia.

8. Referências bibliográficas

14º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte para o BNDES. Dezembro de 2016.

BERMANN, Célio. A resistência às obras hidrelétricas na Amazônia e a fragilização do Ministério Público Federal. *Novos Cadernos NAEA*, v. 16 n. 2, p. 97-120, dez. 2013.

BERNARDO, Arístides Ariel. O campo da sociologia das emoções: relevância acadêmica e perspectivas de análise. *Revista Urutágua*, (34), 156-173. (2016).

BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRABO, Ivete de Fátima Ferreira. *Sociedade civil de Altamira: uma história de participação popular na política de meio ambiente Belém*. Universidade federal do Pará. 2007

CHAVES, Kena Azevedo; MONZONI, Mario; ARTUSO, Letícia Ferraro. UHE Belo Monte: reassentamentos rurais, participação social e direito à moradia adequada. *Revista DIREITO GV | SÃO PAULO | V. 15 N. 2 | MAIO-AGO 2019*

SANTOS, Mariana Côrrea dos. O conceito de “atingido” por barragens – direitos humanos e cidadania. Rio de Janeiro, Vol. 06, N. 11, 2015, p. 113-140

ELIAS, Norbert. *Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA Jalcione. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: Conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. XVI, n. 4 n p. 141-158, out.- dez. 2013

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Carcere*, vol. 2, Caderno 12. Edição de Carlos Nelson Coutinho, co-edição. Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

JIMENO, Myriam. *Emoções e política: A vítima e a construção de comunidades emocionais*. Mana. p. 99-121, 2010

LACERDA, Paula Mendes. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 8, n. 1, p. 153-168, jan.-abr. 2013

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Cultura amazônica: uma poética do imaginário. Belém: Cejup, 1995

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. Revista Direito GV, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 527-552, jul./dez. 2012

MATHIS, Adriana de Azevedo. Desenvolvimento, neodesenvolvimentismo e impactos sobre o trabalho na Amazônia brasileira. v. 19, n. 1, p. 259-252, 2016 Novos Cadernos NAEA • v. 19 n. 1 • p. 237-252 • jan-abril. 2016

OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice. Belo Monte e a questão indígena; Brasília - DF: ABA, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia encruzilhada civilizatória: Tensões territoriais em curso. 2018

_____. Amazônia, Amazônias. 3.ed. São Paulo. Ed. Contexto. 2012.

THIES, Sabastian e MELO, Suzana. Discurso ecológico, polarização ideológica e estetização do político: a (contra) visualidade no documentário Belo Monte – Anúncio de uma Guerra (2012) de André D'Elia.

VIANNA, Luiz Werneck a, BURGOS, Marcelo Baumann e SALLES, Paula Martins. Dezesete anos de judicialização da política, pp. 39-85 Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 2

